

Fragmentos de um retrato: o perfil do bibliotecário jurídico por meio de quatro pesquisas

Edilenice Passos

O censo é o melhor método para identificar e caracterizar uma população. No caso dos bibliotecários, no Brasil, não é realizado nem sobre esses profissionais nem sobre as bibliotecas. Na expectativa de retratar o bibliotecário jurídico brasileiro, e na tentativa de suprimir a ausência do censo, partiu-se de quatro pesquisas que retratam estratos de bibliotecários jurídicos (de uma determinada região ou de determinado nicho de mercado), e identificar quais dados demográficos são incluídos em cada uma das pesquisas e ao final propor um questionário para fazer o censo dos bibliotecários jurídicos brasileiros.

Palavras-chave: Bibliotecário jurídico – dados demográficos. Bibliotecário jurídico – censo.

Fragments of a portrait: the profile of the Brazilian law librarian through four researches

The census is the best method to identify and characterize a population. In the case of librarians, in Brazil, it is not carried out either on these professionals or on libraries. In the expectation of portraying the Brazilian law librarian, and in an attempt to suppress the absence of the census, we started with four surveys that depict strata of legal librarians (from a given region or market niche), and identify which demographic data are included in each of the surveys and at the end propose a questionnaire for the census of Brazilian law librarians.

Keywords: Law Librarian – census.

Mestre em Biblioteconomia e Documentação (UnB, 1992).
Editora do site *Infolegis: Pesquisa Jurídica no Brasil*.
Criadora e moderadora da lista de discussão *Infolegis: Bibliotecários Jurídicos Reunidos*.

edilenice@infolegis.com.br

1 INTRODUÇÃO

O planejamento eficaz é realizado com o conhecimento pleno do seu objeto. O Estado brasileiro planeja as ações governamentais utilizando os dados fornecidos pelas pesquisas e censo realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que oferecem uma visão completa e atual do País. Conforme consta no *website* do IBGE, sua missão é “Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania.”

Transpondo essa necessidade de conhecimento populacional para o âmbito da Biblioteconomia Jurídica, constata-se que o bibliotecário jurídico é uma incógnita:

O bibliotecário jurídico brasileiro é um ilustre desconhecido. Não existem dados estatísticos sobre quantos profissionais atuam nesse nicho de mercado, qual é a sua formação, quantos possuem dupla formação, quantos possuem cursos de pós-graduação, quais são as atividades que desenvolvem, quem é o seu empregador ou a sua faixa salarial. (BAPTISTA et al., 2008, p. 16).

É absolutamente necessário ter conhecimento sobre vários aspectos sobre o bibliotecário jurídico, especialmente sobre:

1. formação acadêmica – poderá orientar a criação de cursos de especialização, ou de extensão;
2. tempo de formatura – poderá indicar necessidade de cursos de atualização;
3. expectativa de aposentadoria – trará indicadores sobre a necessidade renovação de profissionais no mercado de trabalho;
4. distribuição espacial – mostrará as necessidades do mercado de trabalho por região ou unidade da Federação.

Por iniciativa da 15ª Gestão (2009–2011), o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) iniciou um censo com o intuito de:

[...] coletar informações sobre os trabalhadores do setor. Cerca de trinta e dois mil profissionais registrados devem participar do Censo Bibliotecário Brasileiro. A pesquisa vai levantar dados pessoais e mapear as competências necessárias ao bom desempenho profissional, além de habilidades e conhecimentos individuais. O

resultado vai contribuir para o desenvolvimento de ações de valorização à categoria [...]. (CENSO, 2010).

Entretanto, por dificuldades de sistematização, bem como de infraestrutura operacional, o censo não foi concluído. (LIMA, 2017).

Na ausência de um censo nacional que possa representar o bibliotecário brasileiro e em especial do bibliotecário jurídico brasileiro, procurou-se amalgamar diversas pesquisas esparsas existentes que levantaram o perfil do bibliotecário jurídico na expectativa de retratar esse profissional. Analisando de forma conjunta todos os universos pesquisados, o resultado final poderá ser maior e indicar características recorrentes desse profissional.

2 PARTES DO RETRATO: As pesquisas utilizadas como fonte de informação

Foram selecionadas quatro pesquisas cujo campo de pesquisa não se limitasse a uma única instituição e trouxesse dados demográficos sobre os bibliotecários. O Quadro 1 sintetiza informações básicas sobre as pesquisas: ano de realização, seus autores, o tipo de trabalho final, a abrangência geográfica e institucional de cada pesquisa e número de respondentes.

Quadro 1: Estudos realizados como fonte de pesquisa

Ano da pesquisa	Autor(es)	Tipo de trabalho final	Abrangência geográfica	Abrangência institucional	Nº de respondentes
2007	Baptista, Sofia <i>et al.</i>	Artigo de periódico	Distrito Federal	Instituições jurídicas	54 bibliotecários
2007	Rosa, Regina	Mestrado	Belo Horizonte	Instituições jurídicas	11 bibliotecários
2010	Costa, Júlio	TCC	Brasil	Tribunais de Justiça	36 bibliotecários
2012	Barbosa, Bruna	TCC	Brasília e Goiânia	Órgãos do Poderes Judiciário e Legislativo	50 bibliotecários

Fonte: Elaborado pela Autora.

BAPTISTA, Sofia Galvão *et al.* O perfil do bibliotecário que atua na área jurídica, no Distrito Federal: relato de pesquisa. In: SEMINARIO NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO E JURIDICA, 2007, Brasília. *Anais eletrônicos...*Belo Horizonte, Fórum, 2008.

Objetivos do artigo: levantar dados sobre faixa etária, sexo, local, residência, graduação, tempo de formado, preparação para ingresso (cursos); forma de ingresso; tarefas desempenhadas, faixa salarial dos bibliotecários jurídicos que atuam no Distrito Federal.

BARBOSA, Bruna Henderson. *Novo perfil profissional: o bibliotecário jurídico em foco.* Goiânia : Universidade Federal de Goiás, 2012. 125f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia). Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/4476/7/TCCG-BIBLIOTECONOMIA-BRUNA%20BARBOSA.pdf>>.

Objetivos do TCC: 1) Identificar a formação dos bibliotecários jurídicos; 2) Verificar a atuação profissional dos bibliotecários jurídicos; 3) Definir as habilidades e competências necessárias para o desenvolvimento das atividades profissionais; 4) Indicar as tarefas desempenhadas pelos bibliotecários jurídicos.

COSTA, Julio Ridieri. *O perfil do bibliotecário que atua nas bibliotecas dos tribunais de justiça do Brasil.* Trabalho de Conclusão de Curso. 2010. (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27836/000766902.pdf?sequence=1>>.

Objetivos do TCC: 1) identificar os dados pessoais dos bibliotecários que atuam nas bibliotecas dos Tribunais de Justiça do Brasil; 2) verificar a formação e conhecimentos especializados dos bibliotecários que trabalham nas bibliotecas dos Tribunais de Justiça do Brasil; 3) caracterizar a atuação desses profissionais; 4) identificar as fontes de informação jurídica mais utilizadas por esses profissionais.

ROSA, Regina Célia. *Caracterização do trabalho do bibliotecário no campo jurídico em Belo Horizonte.* 2007. 184f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

Objetivo da dissertação: O principal objetivo desta pesquisa foi caracterizar o trabalho do bibliotecário no campo jurídico, em Belo Horizonte, na percepção não só dos bibliotecários, mas também sob a ótica dos profissionais do Direito; buscou-se identificar como ocorrem, neste campo, a forma de inserção do bibliotecário, bem como as relações entre o bibliotecário e os profissionais do Direito, as condições de trabalho para bibliotecário no campo jurídico.

3 PRINCIPAIS TRAÇOS DO PERFIL DO BIBLIOTECÁRIO JURÍDICO

As quatro pesquisas foram realizadas em épocas diferentes, e utilizaram metodologias e tiveram objetivos diversos. Entretanto, guardam entre si semelhanças em relação alguns dados demográficos e acerca da atuação que podem ajudar a delinear o perfil do bibliotecário jurídico brasileiro, conforme demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2: Dados demográficos levantados por cada pesquisa

	Pesquisa	Baptista, Sofia <i>et al</i>	Barbosa, Bruna	Costa, Júlio	Rosa, Regina
Tipo de dado					
Gênero		X		X	
Faixa etária		X		X	
Forma de ingresso na carreira		X			
Tempo de formatura		X	X	X	X
Dupla formação		X	X	X	X
Pós-graduação		X	X	X	X
Universidade frequentada		X		X	X
Motivação para escolha da área jurídica				X	
Educação continuada / Participação em eventos		X	X	X	X
Línguas estrangeira			X	X	X
Instituição em que atua		X	X		
Contato anterior com a área jurídica			X		
Salário		X			X
Fonte: Elaborado pela Autora.					

3.1 GÊNERO

Os resultados obtidos por Baptista *et al.* (2007, p. 21) e Costa (2010, p. 60) mostraram que a maioria dos respondentes era do sexo feminino.

Quadro 3: Gênero

Pesquisas	Nº total de respondentes	Gênero feminino	Gênero Masculino
Baptista <i>et al.</i>	54	83,3% (45)	16,7% (9)
Costa	36	86% (31)	14% (5)
Fonte: Elaborado pela Autora.			

Tanto Baptista *et al.* (2007, p. 21) quanto Costa (2010, p. 60) relataram que seus resultados eram compatíveis com outras pesquisas de perfil de bibliotecários, citando, respectivamente, Cunha *et al.* (2004) e Silveira e Gonçalves (2009):

Cunha *et al.* (2004, p. 192), onde, segundo os autores, “[...] é possível afirmar que o perfil tipo do bibliotecário formado pelo Curso de Biblioteconomia da UFSC é: um profissional do sexo feminino [...]”.

Silveira e Gonçalves (2009) constataram, sobre o perfil dos egressos do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande no período de 1998 a 2007, que dos 246 graduados em Biblioteconomia da FURG, 89,4% eram mulheres, permanecendo a ideia de ser um curso com predominância feminina.

Merecem destaques duas outras pesquisas. Pena e Crivellari (2006, *apud* ROSA, 2007, p. 52) que estudaram os mercados de trabalho brasileiro para o profissional da informação entre os anos de 1994 e 2004, a partir da análise da *Relação Anual de Informações Sociais* (R.A.I.S), do Ministério do Trabalho e Emprego, e descobriram que:

Com relação às variáveis idade e sexo, os autores nos mostram que as mulheres são maioria absoluta entre os Bibliotecários (86,98% do total da categoria em 1994 e 76,13% em 2004) e, apesar do crescimento do

número de homens entre os Bibliotecários (13,02% em 1994 e 23,87% em 2004).

A segunda pesquisa em destaque é a desenvolvida por Pires (2016, p. 45) que procurou identificar se havia “peso social” para os homens quando ingressavam em uma profissão tradicionalmente feminina ou se haveria facilidades e prestígio. O autor identificou diversas pesquisas que se preocuparam com questão de gênero e concluiu que:

Ao longo do tempo, os cursos de graduação em Biblioteconomia se consolidaram como majoritariamente femininos e, tanto na atuação profissional como nas universidades, pode-se perceber a presença massiva de mulheres.

A revisão de literatura realizada por Pires (2016) também demonstra um progressivo aumento da presença masculina ao longo dos anos, o autor conjectura sobre uma possível razão:

As pesquisas supracitadas demonstram houve aumento expressivo de homens graduados em Biblioteconomia após os anos 80 e 90, em que se observa maior aproximação da Biblioteconomia — após o surgimento da Ciência da Informação — com áreas afins, como a Administração e a Ciência da Computação, por exemplo. (PIRES, p. 49).

Apesar da recente indicação de modificação da forte presença feminina na profissão, restam muitas dúvidas sobre a questão de gênero que merecem estudos complementares: 1) as mulheres são maioria nos cargos de chefia? 2) os salários recebidos são iguais independentes do gênero? 3) as porcentagens de bibliotecários e bibliotecárias estão se alterando ou permanecem as mesmas desde a década de 1990?

3.2 FAIXA ETÁRIA

Os pesquisadores Baptista *et al* (2007, p. 21-22) e Costa (2010, p. 61) levantaram dados sobre a faixa etária dos respondentes que na época das pesquisas estavam entre 41 e 50 anos de idade.

O dado isolado da elevada faixa etária da maioria dos respondentes não é preocupante. A idade, em uma generalização rasa, está ligada à experiência que pode, em teoria, significar melhoria no desempenho de suas atribuições.

Entretanto, ao situar o dado no cenário econômico brasileiro e as possíveis mudanças nas regras para aposentadoria, que começaram a ser discutidas pelo Congresso Nacional, em 2016, têm levado os brasileiros a antecipar seus pedidos de aposentadoria.

Entre 2015 e 2016, quando aconteceram diversas mudanças e a Reforma da Previdência foi anunciada, houve um aumento de 30,9% no número de aposentadorias concedidas pelo INSS. (GUIMARÃES, 2017).

A situação oportuniza questões que devem ser estudadas: 1) qual é o número de bibliotecários que foram aposentados nos últimos anos? 2) houve o preenchimento das vagas? 3) estão as bibliotecas jurídicas preparadas para preservar e repassar o conhecimento antes das aposentadorias?

A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, possibilitou a solicitação e obtenção dos dados de aposentadorias e posse de bibliotecários em instituições federais sediadas em Brasília (Quadro 4).

Quadro 4: Nº de aposentadorias e posses de bibliotecários nos anos de 2012 a 2017

Instituição	Aposentadoria							Posse						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
STF			1		2		3	1			1			2
TCDF	1			1			2			3	3			6
STJ		1	1	3	2	2	9	5	1	1	3	0	1	11
GDF											5			
CD	18						18	0						0
SF	1	3	1	3	1		9	4		3				7
TSE	1	1				1	3	1	1					2

Fonte: Elaborado pela Autora.

Nos anos de 2016 e 2017, o número de posses foi quase inexistente. É uma informação que deve ser vista com cautela, pois o ingresso nessas instituições depende de concurso público que é um processo longo e depende tanto de questões políticas quanto financeiras. Não deve ser descartado também o processo pelo qual

passa o País, *impeachment*, posse de um governo fragilizado por acusações de diferentes naturezas, trocas constantes de ministros, insegurança dos políticos, entre outras.

O número de aposentadorias parece não refletir a notícia trazida por Guimarães (2017), pois não aparenta ter havido “uma corrida” dos bibliotecários para se aposentar.

O CFB apresentou em 2011, dados preliminares do Censo que estava organizando, com dados correspondentes a um percentual de 20% dos bibliotecários registrados no Sistema CFB/CRB:

Da população de bibliotecários que atuam no país hoje, uma média de 30% estará se aposentado nos próximos 10 anos. Em se confirmando este dado, a demanda será maior que a oferta de egressos dos cursos, considerando que média nacional de ingressos é de, aproximadamente, 1.500 bibliotecários ao ano; [...] (CENSO..., 2011).

Os dados sobre aposentadorias são importantes para o planejamento de vagas em cursos de graduação em Biblioteconomia, para que não haja escassez de profissional habilitado no mercado de trabalho.

3.3 FORMAÇÃO ACADÊMICA

A formação acadêmica, de acordo com as pesquisas, envolveu questões: 1) universidade frequentada; 2) tempo de formatura; 3) dupla formação e 4) pós-graduação, conforme mostrado no Quadro 5.

Quadro 5: As quadro pesquisas: Dados demográficos levantados sobre a formação acadêmica

Pesquisa	Baptista, Sofia <i>et al</i>	Barbosa, Bruna	Costa, Júlio	Rosa, Regina
Tipo de dado				
Tempo de formatura	X	X	X	X
Dupla formação	X	X	X	X
Pós-graduação	X	X	X	X
Universidade frequentada	X		X	X
Fonte: Elaborado pela Autora.				

3.1.1 Universidade frequentada

Os dados sobre a universidade frequentada cruzado com o local de trabalho pode demonstrar a mobilidade dos bibliotecários jurídicos.

Baptista *et al.* (2007, 23) perceberam que: A maior parte dos respondentes é formada em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília, ou seja, 63% dos respondentes (34 bibliotecários) são egressos do curso realizado no Distrito Federal.

Rosa (2007, p. 112) constatou: [...] todos os entrevistados são formados pela Universidade Federal de Minas Gerais [...].

Costa (2010, p. 63) verificou: [...] que a maioria dos respondentes (81%) permanece trabalhando no mesmo Estado em que concluiu a graduação. Não há uma migração expressiva para outros lugares na busca de colocação, o que pode sugerir que o mercado de trabalho local tem absorvido os profissionais formados em sua região.

Os resultados alcançados nestes três estudos para pouca mobilidade do bibliotecário jurídico. Entretanto, nenhuma delas pesquisou os motivos: 1) os estudantes que optam pelo curso de graduação em Biblioteconomia, ao escolher a universidade, consideram as avaliações do Ministério da Educação sobre os cursos? 2) os bibliotecários jurídicos que não saíram de seu local de origem para estudar, permaneceram devido a questões familiares e/ou financeiras? 3) os bibliotecários jurídicos que saíram do seu local de habitação para estudar, o fizeram por motivos pessoais e/ou por não existir curso de Biblioteconomia em seu município? 4) Os bibliotecários jurídicos que saíram de seus municípios de origem, o fizeram em busca de melhor mercado de trabalho?

3.3.2 Tempo de formatura

Cada estudo usou uma escala diferente para categorizar o tempo de formatura. As pesquisas de Bruna Barbosa e Regina Rosa identificaram o ano da formatura. Baptista *et al.* e Júlio Costa apresentaram escalas por tempo de formado em anos. Para este estudo, foi escolhida a escala maior de zero a 10 anos de formatura e mais de 10 anos de formatura (Quadro 6).

Quadro 6: Tempo de formatura dos bibliotecários jurídicos

Ano da pesquisa	Autor(es)	De 0 a 10 anos	Mais de 10 anos	Objeto do estudo
2007	Baptista, Sofia <i>et al.</i>	22	32	54 bibliotecários
2007	Rosa, Regina	2	8	11* bibliotecários
2010	Costa, Júlio	10	26	36 bibliotecários
2012	Barbosa, Bruna	24	26	50 bibliotecários
* Um entrevistado não informou a data de formatura.				
Fonte: Elaborado pela Autora.				

As conclusões dos estudos:

Baptista *et al.* (2007, p. 22): Mais da metade dos respondentes (59, 3%) tem mais de 10 anos de formado;

Rosa (2007, p. 93): 20 anos é a média para os que se formaram há mais tempo;

Costa (2010; p. 63): Essa faixa de tempo [mais de 16 anos] foi indicada em 18 respostas, representando 50% do total de respostas obtidas.

Barbosa (2012, p. 65): A maioria dos respondentes concluiu a graduação em Biblioteconomia entre os anos 2000 e 2011 [11 anos de formado], somando 48% [...].

Os dados sobre a data de formatura podem ser cruzados com o tempo no emprego ou com os salários.

O primeiro cruzamento foi realizado por Rosa (2012, p. 93) que constatou:

[...] existe uma estabilidade em relação ao tempo de atuação na mesma instituição; existem casos de profissionais atuando há 25 anos na mesma instituição e, importante destacar, não se trata de uma instituição pública na qual o servidor tem a estabilidade garantida por Lei.

O segundo cruzamento, realizado por Baptista *et al.*, será comentado no item sobre salário.

3.3.3 Dupla formação

A Biblioteconomia Jurídica é a aplicação das teorias e técnicas da Biblioteconomia no âmbito do Direito. É desconhecido o número de bibliotecários jurídicos que possuem dupla formação.

Os quatro estudos investigaram esse dado:

Baptista *et al.* (2007, p. 22): 15 (27,8%) são formados em Biblioteconomia e possuem outra graduação e dois (3,7%) respondentes são formados somente em Direito¹ [...]

Rosa (2007, p. 113): [...] Nenhum dos entrevistados relatou ter feito cursos na área do Direito, apenas a participação em eventos da área e 3 profissionais relataram ter feito disciplinas isoladas do curso de Direito “para conhecer um pouco da dinâmica da área, o vocabulário, essas coisas, para ajudar no trabalho” (entrevista- Bibliotecário).

Costa (2010; p. 64-65): 28% dos respondentes possuem, além de Biblioteconomia, um outro curso de graduação [...] dos 10 profissionais que possuem outra graduação, o curso de Direito é o mais expressivo, com 5 (cinco) respostas (50% do total) [...]

Barbosa (2012, p. 65): Apenas cinco (5) indivíduos também possuem graduação em Direito, correspondendo a 10% do total.

Nenhum dos estudos levantou dados sobre: 1) qual foi o curso realizado primeiro; 2) os motivos que levaram os bibliotecários jurídicos buscarem a dupla formação; 3) se se sentiram mais aptos após a realização do curso de Direito. Entretanto Barbosa (2012, p. 66) levantou uma questão importante:

Dos quarenta e cinco (45) bibliotecários que afirmaram não ter graduação em Direito, vinte e nove (29), totalizando 65%, acreditam que a formação em Biblioteconomia é suficiente para exercer as suas atividades, não sentindo a necessidade da segunda graduação. Já dezesseis (16),

¹ Os autores da pesquisa não esclarecem a inclusão de graduados em Direito em uma pesquisa sobre o perfil do bibliotecário jurídico.

totalizando 35%, alegam a necessidade de graduar-se em Direito para desempenhar melhor suas tarefas.

Esta questão é importante porque desafia a percepção do senso comum e de que a dupla formação é fundamental para o exercício da profissional do bibliotecário jurídico. Até mesmo artigos especializados advogam pela dupla formação, como CESARINO (1978, p. 211-220) cita o professor Havard-Williams (1974) que ao analisar a formação do bibliotecário brasileiro afirmou que a “dupla qualificação não é somente uma questão de ter conhecimentos, mas uma questão de poder dialogar com os leitores na linguagem de suas especializações”. SILVA (2005, 24-25) que defende a dupla formação como um diferencial:

[...] no processo seletivo e no próprio exercício da função, acrescentando habilidades, necessárias para uma atuação mais qualificada e aliando as características da formação bibliotecária e jurídica para um melhor tratamento da informação. Assim, quanto mais conhecimentos o profissional tiver para o exercício de sua carreira, ficará mais fácil e rápido a execução de seu serviço, tornando a otimização de resultados muito maior.

Em alguns países, a dupla formação é bastante comum, como na França e no Canadá (CUNHA, 1999, p. 25); na Nigéria [...] se espera que os bibliotecários jurídicos tenham dupla graduação, conhecimento especializado e perícia nas fontes e recursos jurídicos e competência em Direito e Biblioteconomia. (ONOEYA e AJAYI, 2015, p. 45, *apud* OLORUNFEMI, 2016, p. 132).

Nos Estados Unidos, a formação do profissional que atua na área jurídica é diversificada:

Nos Estados Unidos da América, alguns advogados e estudantes de direito descobrem que gostam de trabalhar em bibliotecas jurídicas (fazendo pesquisa, por exemplo) e decidem ser bibliotecários jurídicos. Do outro lado, alguns bibliotecários se tornam bibliotecários jurídicos sem se formarem em direito. Ainda outros se tornam profissionais na área de informação jurídica sem que façam parte de uma biblioteca jurídica. Em outras palavras, nos Estados Unidos, pessoas podem trabalhar em bibliotecas jurídicas e na profissão de informação jurídica, com várias experiências e formações educacionais, e podem trabalhar em vários tipos de situações profissionais. (FREY, 2016, p. 78-79).

Na Itália, existe um curso de graduação específico e uma gama variada de cursos de especialização, mas esta oferta é [...] é completamente centralizada sobre os bens culturais e não se associa a nenhuma disciplina em particular. (DE ROBBIO, VENTURINI, 2016, p. 104).

Em análise do perfil do profissional da informação em sociedades de advogados portuguesas, brasileiras e espanholas, realizada por Gonçalves (2015, p. 4-5, 8), observou que:

Os escritórios de advogados organizam-se como empresas, onde a agilidade, rapidez, destreza, precisão da informação e do conhecimento são aspetos cada vez mais importantes. A tomada de decisões (rápida) depende da confiança depositada nas fontes e no tratamento técnico e qualificado que é dado à informação.

[...]

Reunir profissionais interessados e com perfil de competências em Biblioteconomia e em Direito apresenta-se como um valor acrescentado, na medida que o serviço será prestado por profissionais com competências técnicas em duas áreas do saber. Presentemente, verifica-se um crescente interesse das sociedades de advogados portuguesas na contratação de profissionais com conhecimentos jurídicos para procederem à gestão da informação e do conhecimento. Contudo, na grande maioria, estes são profissionais sem conhecimentos biblioteconómicos e sem formação técnica em gestão de informação ou do conhecimento refletindo ausência de interdisciplinaridade do profissional para gerir a informação nas organizações.

Em 1975, o professor Havard-Williams (p. 4, 7) fez uma visita de três semanas ao Brasil e publicou suas observações sobre a área biblioteconômica:

Os bibliotecários, no Brasil, são portadores de um diploma em Biblioteconomia e, portanto, carecem de qualquer domínio de outra área de conhecimentos que possam colocar à disposição de bibliotecas especializadas ou universitárias.

Os bibliotecários de bibliotecas especializadas precisam de uma formação universitária especializada além de formação profissional em Biblioteconomia. Nem todos precisam desse tipo de formação, mas é certo que aqueles que

aspiram a ser líderes da profissão e os que desejam trabalhar em bibliotecas universitárias, bibliotecas de pesquisa e bibliotecas especializadas serão melhores bibliotecários se possuírem dupla qualificação.

Esses dados indicam a necessidade de: 1) realização de pesquisas específicas sobre a necessidade ou não de dupla formação para o exercício da Biblioteconomia Jurídica; 2) estabelecer indicadores para averiguar a qualidade dos serviços prestados pelos bibliotecários com e sem dupla qualificação acadêmica; 3) investigar o perfil do bibliotecário jurídico requerido pelo mercado de trabalho; 4) verificar se a situação descrita por Havard-Williams, em 1975, ainda persiste.

3.3.4 Pós-graduação

Os dados de 2014 (COORDENAÇÃO...2016), levantados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), mostram que existem no Brasil 14 cursos de mestrado e nove de doutorados na área da Ciência da Informação. Não há informação sobre a existência ou não de curso específico para a Biblioteconomia Jurídica.

Os dados obtidos pelos quatro estudos mostram os seguintes resultados:

Baptista *et al.* (2007, p. 22): [...] 20 (37%) fizeram curso de pós-graduação.

Rosa (2007, p. 113): 7 (63,6%) destes profissionais já fizeram ou estão matriculados em um desses cursos; as áreas escolhidas estão relacionadas à profissão, como Gestão Estratégica da Informação, Arquitetura da Informação, Arquivos e Sistemas de Informação (nível de Especialização), Mestrado em Administração de Empresas (*strictu sensu*) e Mestrado e Doutorado em Ciência da Informação.

Costa (2010; p. 66): 58% dos bibliotecários que trabalham nos Tribunais de Justiça do Brasil possuem curso de pós-graduação, todos em nível de especialização. Desses 21 profissionais, dois também possuem mestrado. Nenhum dos respondentes possui titulação de doutorado.

Barbosa (2012, p. 65): [...] quarenta e três (43) respondentes afirmaram possuir, totalizando 86%. [...] A grande maioria dos bibliotecários que afirmaram possuir curso de pós-graduação realizou curso de especialização,

somando 79%. Constatou-se, ainda, que 14% possuem mestrado; seguidos de apenas 7% que possuem doutorado [...]

Nenhum dos estudos levantou dados sobre: 1) tema das teses e dissertações; 2) os motivos que levaram os bibliotecários jurídicos buscarem a pós-graduação; 3) se se sentiram mais aptos após a realização do curso de pós-graduação.

3.4 EDUCAÇÃO CONTINUADA²

A educação continuada adota diversas formas. Prosdócimo e Ohira (1999, p. 11) fizeram o levantamento na literatura especializada de algumas delas: leitura de livros e periódicos profissionais, cursos oferecidos em reuniões profissionais, estudos domiciliares ou individuais, pesquisa em Biblioteconomia, visitas e estágios, educação a distância, treinamento em serviço (no local de trabalho), reuniões associativas e grupos de trabalho. A lista é completada por Moreno *et al.* (2017, s.p.): participação em eventos (palestras, seminários, simpósios, congressos, etc.) e cursos de curta duração realizados pelo profissional bibliotecário após a sua educação formal.

A formação acadêmica do bibliotecário permite o seu exercício profissional; a educação continuada permite que o bibliotecário se mantenha atualizado, apreenda novas técnicas e tecnologias e que conheça novos serviços. Considerando que os cursos de Biblioteconomia no País oferecem uma formação generalista deve-se esclarecer onde e como os bibliotecários jurídicos buscam os conhecimentos para atuar nesse nicho de mercado. Esse assunto foi abordado pelas quatro pesquisas que obtiveram os seguintes resultados:

Baptista *et al.* (2007, p. 23): Ao serem indagados se haviam freqüentado cursos para adquirirem conhecimentos específicos para atuar na área jurídica, 65% dos respondentes informaram que não fizeram cursos específicos.

Rosa (2007, p. 113): Oito dos Bibliotecários entrevistados relataram participação constante nos principais eventos da Biblioteconomia e do Direito. Os motivos para tal participação são a necessidade de manter-se atualizado, a oportunidade de contatos profissionais que este tipo de evento proporciona e que é “fundamental para nossa atividade”, (entrevista). A apresentação de

² Nota do autor: A educação continuada deve ser entendida aqui como cursos de pequena duração, participação em eventos e autodidatismo.

trabalhos em seminários, congressos e *workshops* também foi relatada por estes profissionais. 3 entrevistados relataram não participar com frequência deste tipo de atividade, por razões como falta de tempo, falta de interesse ou por ter se formado há pouco tempo e ainda não ter sentido necessidade de participar.

Costa (2010; p. 70–71): A grande maioria, ou seja, 69% dos respondentes informaram que não fizeram cursos específicos [para atuar na área da Biblioteconomia Jurídica]. [...] Os cursos “Direito para Bibliotecários” e “Documentação Jurídica” foram os mais apontados pelos 31% de respondentes que disseram ter participado de cursos para atuar na área jurídica. [...] O maior destaque declarado foi a busca de atualização através de livros e/ou periódicos especializados com 29% das respostas, seguida de sites jurídicos (28%) e cursos e eventos (26%). Os *blogs*, assim como outras formas de atualização, são pouco utilizados, perfazendo, cada um, 4% das respostas. Cabe informar que, no item “outras formas” o destaque foi o contato e a troca de experiências entre os pares como forma de atualização.

Barbosa (2012, p. 70, 72): Verificou-se que vinte e nove (29) bibliotecários, totalizando 58%, já realizou algum curso na área jurídica, ao passo que vinte e um (21) afirmaram não terem realizado cursos na área, totalizando 42%. [...] os bibliotecários se mantêm atualizados em assuntos relacionados à área jurídica, os primeiros itens que obtiveram maior incidência de respostas foram os *sites* jurídicos, com trinta e quatro (34) respondentes; e a leitura de livros especializados, indicada por vinte e cinco (25) bibliotecários. Os colegas da área foram indicados por vinte e três (23) respondentes; e os cursos e os eventos aparecem em seguida, com vinte e um (21) e dezenove (19) respondentes, respectivamente.

A constante atualização profissional deve ser uma meta para todo profissional, pois como alerta Andrade e Fonseca (2016, p. 142), "Garantir uma vaga no mercado de trabalho não será suficiente se o profissional não estiver em uma constante busca pelo aperfeiçoamento de suas habilidades".

A educação continuada foi abordada de forma diferente nas pesquisas, mas é importante salientar os pontos: 1) como e onde obtiveram ou obtêm conhecimento para atuar na área jurídica; 2) como se mantêm atualizados (eventos, leitura de material especializado, cursos entre outros).

3.5 LÍNGUA ESTRANGEIRA

O bibliotecário jurídico, em geral, trabalha com a legislação e a jurisprudência nacionais; a doutrina necessária pode ser a nacional – para auxiliar no entendimento das outras duas – ou estrangeira – no caso de comparações.

O conhecimento de línguas estrangeiras foi pesquisado por três estudos;

Rosa (2007, p. 114): Um fato interessante a ser destacado foi que nenhum dos Bibliotecários [identificou] o domínio de outro idioma como fundamental para o seu fazer diário. A grande maioria relata apenas a facilidade de leitura de documentos em inglês, mas não sente a necessidade de utilização daquele idioma no cotidiano.

Costa (2010; p. 68): Dos 36 respondentes [...] a grande maioria, correspondendo a 88,88% da amostra, possuem conhecimento em uma ou mais línguas estrangeiras. O inglês em nível básico foi a língua mais indicada, com 15 respostas (42% do total), seguido do mesmo idioma em nível intermediário, com 9 (nove) indicações (25% do total).

Barbosa (2012, p. 70): Acerca do nível de conhecimento em línguas estrangeiras, constatou-se que o idioma inglês se destacou. Em nível intermediário, com a indicação de vinte e um (21) sujeitos, totalizando 42%; em nível básico, com quinze (15) indivíduos, totalizando 30%; seguido do nível avançado, com treze (13) respondentes, totalizando 26%. Somaram-se quarenta e nove (49) respondentes com algum conhecimento deste idioma. Apenas um (1) dos respondentes não possui conhecimento do inglês, ou seja, 2%.

O conhecimento de língua estrangeira é importante para lidar com as fontes de informação jurídica estrangeiras, mas também para a leitura de especializada da área da Biblioteconomia Jurídica, para a participação em eventos estrangeiros e a manutenção de correspondência com bibliotecários jurídicos de outros países. Essa afirmação tem nova perspectiva ao tomar conhecimento que:

Apenas cinco línguas – inglês, russo, alemão, francês e japonês –, dentre todas as línguas existentes, são usadas em 90% das publicações científicas. As demais línguas, incluindo o português, contemplam apenas 10% das publicações (CAMPELLO, 2007, *apud* JESUS, 2015, p 75).

Ademais,

[...] aprender inglês deixou de ser um diferencial para ser uma necessidade, pois a atual sociedade exige essa qualificação no momento de ingressar no mercado de trabalho e, principalmente, para ter acesso as mais importantes publicações científicas do mundo. (JESUS, 2015, p 75).

A necessidade de entendimento dessa língua é muito importante para ter acesso aos documentos veiculados pelos meios de comunicação da rede que, em sua maioria, são disponibilizados no idioma inglês. Ter fluência nessa língua significa ter acesso a uma gama maior de informações e, conseqüentemente, uma maior possibilidade de qualificação tanto profissional quanto acadêmica. (DUARTE, BRAG, 2010, p. 113).

Por isso, é surpreendente a constatação feita por Rosa (2007) de que os respondentes de seu estudo não considerem como fundamental para o exercício de suas atividades diárias.

3.6 SOBRE A CARREIRA

O conhecimento sobre a motivação da escolha da área jurídica e a forma de ingresso na área da Biblioteconomia Jurídica podem auxiliar no plano de carreira dos jovens bibliotecários e enfatizar a importância dos estágios curricular e extracurricular.

A motivação para escolher a área jurídica foi estudada apenas por Costa (2010; p. 75), que constatou:

O que motivou a escolha para atuação na área jurídica foi, em primeiro lugar, a carreira pública, obtendo 16 respostas (39% do total), seguida do salário, com 9 respostas (22% do total da amostra).

Da mesma forma, que o contato anterior com a área foi pesquisado por Barbosa (2012, p. 77), que:

Constatou-se que vinte e sete (27) dos respondentes, somando 54% dos bibliotecários, tiveram a oportunidade de ter algum contato com a área jurídica antes de ingressarem na carreira. [...] Assim, dos vinte e sete (27) bibliotecários que afirmaram terem tido contato com a área jurídica antes de iniciar sua carreira como bibliotecário jurídico, catorze (14) alegaram o contato através de estágio extracurricular. Em segundo lugar ficou o estágio obrigatório, que obteve indicação de oito (8) respondentes; seguidos de

quatro (4) que alegaram o contato por meio de realização de cursos na área jurídica [...].

Entre as motivações para a escolha da área jurídica encontram-se: o interesse pela carreira pública e o salário; e o contato com anterior com área é apontado como incentivo para a preferência pela Biblioteconomia Jurídica. Os dados levantados por Barbosa (2012) mostram a importância do estágio no qual o estudante começa a conhecer as fontes de informação jurídica e o trabalho do bibliotecário jurídico.

3.7 SALÁRIO

O salário foi identificado como um atrativo para o ingresso na carreira da Biblioteconomia Jurídica e um dos motivos para o profissional para desistir da profissão:

Desistentes reclamam que alguns salários pagos a bibliotecários são menores do que salários pagos a pessoas sem ensino superior. Um salário de R\$ 3 mil pode parecer interessante para um bibliotecário de cidades pequenas ou do interior, mas não sustenta um bibliotecário e sua família em uma cidade como Rio ou São Paulo. Afinal, quatro anos de faculdade precisam se justificar. (BARROS, 2013, s.p.)

O estudo de Baptista *et al.* (2007, p. 26–28) foi o que mais se dedicou ao assunto, porque fez o levantamento das faixas salariais e, ainda, combinou esses dados com o tipo de instituição onde o respondente trabalhava e o tempo de formatura.

Baptista *et al.* (2007, p. 26–28) constatou "uma concentração de 52% de bibliotecários recebendo de R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00³ e 24,1% acima de R\$ 10.000,00." Quando realizaram o cruzamento dos dados sobre salário, os autores identificaram que:

Neste cruzamento entre a variável "local de trabalho" e a variável "faixa salarial", verifica-se que os salários mais baixos são os oferecidos pelo Poder Executivo, que não teve um único responde que receba mais de R\$ 6.000,00. Nos escritórios de advocacia, os salários não são elevados. Dos seis respondentes que atuam nesses escritórios, quatro recebem menos de R\$ 3.000,00. Por outro

³ Considerando o salário mínimo de 2007, estabelecido pela Lei 11.498, de 28 de junho de 2007, em R\$380,00, esses profissionais recebiam entre 13 e 26 salários mínimos.

lado, os mais altos salários são recebidos pelos bibliotecários jurídicos empregados pelo Poder Legislativo.

Por sua vez, Rosa (2007, p. 93, 99) fez o levantamento das faixas salariais e combinou o dado com a carga horária mensal e a tempo de trabalho na instituição.

[...] carga horária predominantemente cumprida pelos Bibliotecários é de 40 horas semanais e que estes profissionais estão distribuídos nas faixas salariais de 4 a 5 salários (2 profissionais), 5 a 10 salários mínimos (4 profissionais) e acima de 10 salários mínimos (4 profissionais). Apenas um profissional cumpre jornada semanal de 30 horas e recebe mais que 10 salários. Os profissionais com menor carga horária e menor faixa salarial são aqueles que atuam como consultores.

3.8 À GUIA DE CONCLUSÃO

As quatro pesquisas selecionadas foram desenvolvidas com metodologias diferentes, em épocas distintas, utilizaram escalas de respostas díspares, que impuseram limitações às comparações que foram realizadas ao longo deste estudo. Entretanto, guardadas essas limitações das comparações é possível compor um retrato fragmentado do bibliotecário jurídico.

Em relação ao sexo e a faixa etária, as duas pesquisas que trataram desses tópicos (Baptista *et al.* (2007, p. 21) e Costa (2010, p. 60)) conseguiram dados semelhantes: a maioria dos respondentes era do sexo feminino e estavam com a idade entre 41 e 50 anos.

O dado sobre sexo do respondente não deve ser analisado isoladamente, pois apenas identificar se os respondentes pertencem a um o outro sexo pouco acrescenta ao perfil da classe estudada. Contudo, quando esse dado é utilizado em conjunto assume significância maior, como por exemplo: as bibliotecárias ocupam cargos de chefia? Elas recebem os mesmos salários? Ademais, os estudos deveriam se ampliar para o levantamento do gênero mais que do sexo dos bibliotecários em consonância com a ampliação da compreensão acerca da diversidade.

A identificação da faixa etária do bibliotecário jurídico podem ser indicativo de: 1) expectativa de aposentadorias; 2) planejamento de vagas para cursos de graduação em Biblioteconomia para abastecer o mercado de trabalho.

Em relação a universidade frequentada combinados com o local de trabalho estiveram presentes em três pesquisas (Baptista *et al.* (2007), Rosa (2007) e Costa (2010)). Os resultados indicaram que há pouca mobilidade do bibliotecário jurídico, entretanto não foram estudados as motivações para a escolha da universidade ou do local de trabalho.

O tempo de formatura, levantado nas quatro pesquisas estudadas, mostra um bibliotecário jurídico formado há mais de 10 anos, na época da coleta dos dados. Uma das pesquisas, Rosa (2007), combinou esse dado com a estabilidade no emprego e outra, Baptista *et al.* (2007), combinou com o salário recebido. Rosa (2007) identificou certa estabilidade dos bibliotecários jurídicos, mesmo para aqueles que não trabalham em instituições públicas.

No tocante à dupla formação, as quatro pesquisas identificam um pequeno número de respondentes que possuem dupla formação. E uma delas, indica que os bibliotecários jurídicos não sentem a necessidade de cursar nova graduação o exercício efetivo de suas atividades.

A educação continuada foi abordada pelas quatro pesquisas, mas os resultados obtidos vão em direções opostas. Por um lado, nas pesquisas de Baptista *et al.* (2007) e de Costa (2010), mais de 60% dos respondentes dos respondentes informaram que não fizeram cursos específicos para atuar na área jurídica. Por outro, Barbosa (2012) verificou que 58% fizeram cursos específicos para atuar na área jurídica.

O conhecimento de língua estrangeira, as pesquisas identificaram os bibliotecários jurídicos pesquisados possuem habilidades intermediárias no domínio da língua inglesa.

A motivação para a escolha da Biblioteconomia Jurídica encontram-se o interesse pela carreira pública e o salário pago pelas instituições públicas.

Por fim, o levantamento sobre os salários mostraram que os bibliotecários jurídicos recebem entre 13 e 26 salários mínimos (Baptista *et al.*, 2007) e trabalham em geral 40 horas semanais.

O retrato tosco e fragmentado que pode ser feito, após a análise e a reunião dos resultados das quatro pesquisas, é que o bibliotecário jurídico é do sexo

feminino, possui entre 41 e 50 anos, estuda e trabalha no município de origem, não possuem dupla formação, tem conhecimento da língua inglesa, e recebe entre cinco e 10 salários mínimos.

Naturalmente, que este artigo de revisão realizou um exercício, sem grandes suportes científicos, de análise de dados demográficos com a intenção declarada de constituir um retrato pulverizado do bibliotecário jurídico. O resultado é tosco e fragmentado porque as pesquisas utilizaram metodologias diferentes e escalas distintas – por exemplo, no item salário, uma pesquisa utilizou salário mínimo e outra, faixas salariais –, que impedem a verdadeira soma dos resultados. Somente um censo ou uma pesquisa nacional conduzida com seriedade e periodicidade regular, sempre com os mesmos parâmetros poderia identificar o bibliotecário jurídico.

A questão central é saber qual entidade que seria responsável pela realização do censo, Baptista *et al.* (2007, p. 28) apresentaram um sugestão:

Os Conselhos Regionais de Biblioteconomia poderiam adotar o sistema de realizar pesquisas similares a essa à época de suas eleições. Considerando que o voto é obrigatório e há um grande fluxo de profissionais às suas sedes, esse seria o momento ideal para a realização da pesquisa e garantir o máximo de retorno das respostas.

Esta parece uma sugestão sensata e exequível. Ademais, os dados recolhidos teriam a função de embasar as decisões sobre dos governos, nas três esferas, a respeito do profissional bibliotecário.

3.9 PROPOSTA DE CENSO

Baseando-se nas pesquisas estudadas, é agora feita uma proposta de questionário para o levantamento sistemático com periodicidade bianual dos dados biográficos, criando, assim, uma fonte de pesquisa confiável e abrangente para analisar o perfil do bibliotecário jurídico.

As perguntas seriam divididas em sete categorias: dados demográficos; formação acadêmica, educação continuada, conhecimento de língua estrangeira, carreira, salário.

1 DADOS DEMOGRÁFICOS

1.1 Gênero

Feminino Masculino Outro

1.2 Faixa etária

de 21 a 24 anos de 25 a 30 anos de 31 a 35 anos
 de 36 a 40 anos de 41 a 45 anos de 46 a 50 anos
 de 51 a 55 anos de 56 a 60 anos acima de 61 anos

2 FORMAÇÃO ACADÊMICA

2.1 Indique a universidade por onde se graduou em Biblioteconomia:

2.2) Em qual ano você se formou em Biblioteconomia?

2.3) Você possui outra graduação? Sim Não

2.3.1 Em caso afirmativo, indique qual e o ano de conclusão?

2.4 Você possui curso de pós-graduação?

Sim, Especialização. Área _____

Sim, Mestrado. Área _____

Sim, Doutorado. Área _____

Não possuo.

3 CONHECIMENTO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Indique seu conhecimento em língua estrangeira: nível básico, intermediário ou avançado.

Idioma:..... Nível:.....

Idioma:..... Nível:

Idioma:..... Nível:.....

Idioma:..... Nível:.....

Não posso conhecimento em língua estrangeira.

4 EDUCAÇÃO CONTINUADA

4.1 Marque os eventos que você participou nos últimos cinco anos (marque quantos opções desejar)

- V Seminário de Informação e Documentação Jurídica (Rio de Janeiro, RJ).
- 3º Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídicas (Brasília, DF).
- 4º Seminário Nacional de Informação e Documentação Jurídicas (Florianópolis – SC)
- XXV CBBB (Florianópolis, 2013)
- Encontro Paulista de Documentação e Informação Jurídicas (São Paulo, 2014)
- XXVI CBBB – São Paulo, 2015
- I Seminário de Documentação e Informação Jurídica do Maranhão (São Luis, 2015)
- CBDJ : Reunião Técnica (São Paulo, 2015)
- Workshop* Biblioteca jurídica e o uso das tecnologias de comunicação e das mídias sociais (São Paulo, 2015)
- Colóquio Luso-Brasileiro Direito e Informação (Porto, 2016)
- 3º INTEGRAR (São Paulo, 2016)
- 2º Seminário Paraense de Documentação e Informação Jurídica (Belém, 2016)
- Seminário Bibliotecas Hoje: Como? Para quê? Para quem? (Brasília, 2017)
- CBDJ : Reunião Técnica (Belo Horizonte, 2017)
- CBDJ : Reunião Técnica (Rio de Janeiro, 2017)
- Outros. Especifique, por favor:

4.2 Nos últimos cinco anos, você participou de algum curso de atualização profissional, seja na área da Biblioteconomia ou do Direito?

- Não participei
- Sim. Especifique, por favor:

4.3 No início de sua carreira, você frequentou algum curso para adquirir conhecimentos específicos para atuar na área jurídica:

- Sim Não

4.3.1 Em caso afirmativo, indique o nome do curso e a entidade que o ofereceu:

4.4 Indique as fontes de informação que você utiliza para se manter atualizado:

- Eventos

- Livros
- Cadernos de Informação Jurídica
- Redes sociais. Especifique, por favor:
- Lista Infolegis
- Outras listas. Especifique, por favor:
- Grupos de WhatsApp
- Outros. Especifique, por favor:

4 CARREIRA PROFISSIONAL

4.1 Em qual unidade da Federação você reside e trabalha?

4.2 Qual foi a sua motivação para escolher a Biblioteconomia Jurídica?

- Conhecimento da área por meio de estágios
- Salário
- Passou em concurso público

4.3 Tempo de atuação como Bibliotecário Jurídico:

- Menos de um ano 1 a 5 anos 6 a 10 anos
- 11 a 15 anos 16 a 20 anos Mais de 20 anos

4.4 Em que tipo de biblioteca trabalha?

- Do Poder Legislativo Do Poder Judiciário Do Poder Executivo Universitária
- De escritório de advocacia
- Outras. Especifique, por favor:.....

4.5 Você possui cargo de chefia?

- Não possuo
- Sim, possuo. Especifique, por favor:

4.6 Qual é denominação do seu cargo?

5 SALÁRIO

Indique a sua faixa salarial:

-) menos de R\$ 1.000,00
-) de R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00
-) de R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00
-) de R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00
-) de R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00
-) de R\$ 5.001,00 a R\$ 6.000,00
-) de R\$ 6.001,00 a R\$ 7.000,00
-) de R\$ 7.001,00 a R\$ 8.000,00
-) de R\$ 8.001,00 a R\$ 9.000,00
-) de R\$ 9.001,00 a R\$ 10.000,00
-) acima de R\$ 10.000,00

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Valéria Beatriz; FONSECA, Antonio Luís. Formação continuada do bibliotecário: a importância da capacitação na área da informática para o profissional da informação. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 21, n. 47, p. 124-144, set. 2016. ISSN 1518-2924. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n47p124/32345>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

ANDRADE, Marcell Pereira de. **Fontes de informação utilizada pelos bibliotecários do Ministério Público Federal**. Florianópolis, 2008. 52 f., il. color. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia)- Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, 2008. Disponível em: <<http://www.cin.publicacoes.ufsc.br/tccs/cin0006.pdf>>.

BAPTISTA, Sofia Galvão; PASSOS, Edilenice; SOARES, Maria das Graças; SOUSA, Luciana Araújo Gomes de. O perfil do bibliotecário que atua na área jurídica, no Distrito Federal: relato de pesquisa. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO E

INFORMAÇÃO E JURIDICA, 2007, Brasília. **Anais eletrônicos...**Belo Horizonte, Forum, 2008.

BARBOSA, Bruna Henderson. **Novo perfil profissional: o bibliotecário jurídico em foco.** Goiânia : Universidade Federal de Goiás, 2012. 125f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia). Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/4476/7/TCCG-BIBLIOTECONOMIA-BRUNA%20BARBOSA.pdf>.

BARROS, Moreno. Desisti da Biblioteconomia: Por que trabalhar em bibliotecas não vale mais a pena. **Biblioo**, 2013. Disponível em: <<http://biblioo.cartacapital.com.br/desisti-da-biblioteconomia/>>. Acesso em: 4 jul. 2017.

CESARINO, M. A. N. B. Bibliotecas especializadas, centros de documentação, centro de análise da informação: apenas uma questão de terminologia ?. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 7, n. 2, p. 218-241, 1978. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/10060>>. Acesso em: 5 jul. 2017.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (Capes). Documento de área : Ciências sociais aplicadas. 2016. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/31_CSA_I_docarea_2016.pdf>. Acesso em 17 jun. 2017.

COSTA, Julio Ridieri. **O perfil do bibliotecário que atua nas bibliotecas dos tribunais de justiça do Brasil.** Trabalho de Conclusão de Curso. 2010. (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27836/000766902.pdf?sequence=1>

CUNHA, Miriam Vieira da. A formação em Ciência da Informação na França, no Canadá e na Dinamarca: comparação com o sistema brasileiro. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n.8, p. 20-27, 1999.

DE ROBBIO, Antonella; VENTURINI, Fernando. A biblioteconomia jurídica na Itália. **Cadernos de Informação Jurídica**, Brasília, v.3, n.1, p. 100-115, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.cajur.com.br>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

DUARTE, Elizabeth Andrade; BRAGA, Rogério Manoel de Oliveira. O profissional bibliotecário e o domínio da língua inglesa. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 15, n. 30, p.105-122, 2010.

FREY, Scott. Bibliotecas jurídicas e bibliotecários a redor do mundo: Estados Unidos da América. **Cadernos de Informação Jurídica**, Brasília, v.3, n.1, p. 78–84, jan./jun. 2016.

Disponível em: <<http://www.cajur.com.br>>. Acesso em 5 jul. 2017.

GONÇALVES, Cláudia Lopes. Perfis de desempenho CID em organizações jurídicas: estudo exploratório. Congresso Nacional BAD, 12, 2015. **Anais...**, Évora, Portugal, 2015.

Disponível em: <<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/issue/view/67>>. Acesso em 5 jul. 2017.

GUIMARÃES, Juca. **Reforma da Previdência provoca corrida aos postos do INSS para antecipar aposentadoria**. r7.com. Disponível em: <http://noticias.r7.com/economia/reforma-da-previdencia-provoca-corrida-aos-postos-do-inss-para-antecipar-aposentadoria-20022017>. Acesso em: 1 jul. 2017.

HAVARD-WILLIAMS, P. **SEO**: A Biblioteconomia no Brasil. Revista de Biblioteconomia de Brasília, v.3, n.1, p. 3–15, jan./jun. 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Missão**. [ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/default.shtm>. Acesso em: 15 mar. 2017.

JESUS, Luís Carlos Batista de. O profissional da informação e a barreira linguística. **REBECIN**: Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação, v.2, n.1, p.72–83, jan./jun. 2015. Disponível em:< <http://www.abecin.org.br/revista/index.php/rebecin>>. Acesso em: 5 jul. 2017.

LIMA, Raimundo Martins de, Presidente do CFB. **Mensagem pessoal**. Mensagem recebida em 27 maio 2017.

MORENO, Edinei Antônio. A formação continuada dos profissionais bibliotecários: análise do conteúdo dos sites das entidades de classe. **Revista ACB**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 43–58, mar. 2007. ISSN 1414-0594. Disponível em: <<https://revista.acb.org.br/racb/article/view/494/637>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

OLORUNFEMI, Doreen Yemisi. Status e identidade da biblioteconomia jurídica na Nigéria. **Cadernos de Informação Jurídica**, Brasília, v.3, n.1, p. 128–141, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.cajur.com.br>>. Acesso em 5 jul. 2017.

PIRES, Hugo Avelar Cardoso. **Relações de gênero e a profissão bibliotecária na contemporaneidade** [manuscrito] : panorama nacional e os motivos da entrada masculina em curso majoritariamente feminino. 2016. 134 f. : enc., il. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-AE6MYV/disserta_ao_hugo_avelar.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 maio 2017.

PROSDÓCIMO, Zulma Pures Alves; Ohira, Maria Lourdes Blatt. Educação continuada do bibliotecário: revisão de literatura. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.4, n.4, p. 111-128, 1999. Disponível em: <<https://revista.acb.org.br/racb/article/view/338/401>>. Acesso em 6 jul. 2017.

ROSA, Regina Célia. **Caracterização do trabalho do bibliotecário no campo jurídico em Belo Horizonte**. 2007. 184f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. **Bibliotecários especialistas: guia de especialidade e recursos informacionais**. Brasília : Thesaurus, 2005.

Recebido em: 26/06/2017

Aceito para publicação em: 08/07/2017

Como citar este artigo:

PASSOS, Edilenice. Fragmentos de um retrato: o perfil do bibliotecário jurídico por meio de quatro pesquisas. *Cadernos de Informação Jurídica*, Brasília, v.4, n.1, p. 116-145, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.cajur.com.br/>